



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

30 DE NOVEMBRO DE 2018

PRESIDENTE

António Augusto Ribeiro

1.ª SECRETÁRIA

Cláudia Alexandra da Cruz O.G. e Vilaverde

2º SECRETÁRIO

Carlos Alberto Morais de Oliveira

LOCAL DA REUNIÃO

Auditório dos Paços de Concelho

MEMBROS PRESENTES

22 (última folha da ata)

MEMBROS AUSENTES

00(última folha da ata)

HORA DE ABERTURA

14:40 Horas

HORA DE ENCERRAMENTO

19:10 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Mário Artur Correia Lopes

VICE-PRESIDENTE

António Luís Marques

VEREADORA

Vilma Cláudia Ribeiro Pereira

VEREADORA

Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR

Raul António Ribeiro Luís

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, cumprimentou de forma particular os Srs. deputados de ambas as bancadas parlamentares e presidentes de junta, bem como o público presente, agradecendo a presença de todos.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 30 de novembro de 2018 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão do dia 15/09/2018”

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>22</i>
<i>Abstenção</i>	<i>04</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>18</i>

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: O deputado do PS, Joaquim Pinto, o Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, José Marcolino, a representante da Junta de Freguesia de Candedo, Elisete Merêncio e o deputado do PSD, Daniel Faceira.

Declaração de Voto: *“Por não terem estado presentes na sessão em apreço.”*

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu nota do expediente recebido, referindo que o mesmo se encontra disponível para ser consultado, se assim o entenderem.

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

ANAM:

- Remete declaração pública sobre o processo de descentralização que o Governo da república tem em curso;

ADRVT:

- Remete convite para estar presente na Sessão Pública de Apresentação da 13ª Edição do Programa de capacitação e Mentoria TUAMP e da 2ª edição do Concurso de Ideias de negócios TUACIN;

ANAM:

- Remete informação sobre a apreciação do email proveniente da AM de Boticas;

ANAM:

- Solicita o envio de foto e CV do Sr. Presidente da AMM com o objetivo de atualizar os dados relativos aos órgãos sociais no *site* da ANAM;

ANAM:

- Remete informação sobre o V Congresso do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) - 19 Outubro, em Lisboa;

Biblioteca Municipal de Murça:

- Remete convite – Sarau de Poesia;

ACES Marão e Douro Norte:

Remete convocatória ao cuidado da representante da AMM no Conselho da Comunidade;

ANAM:

- Remete informação sobre EXORTAÇÃO da ANAM por ocasião da SEMANA EUROPEIA DA DEMOCRACIA LOCAL;

ANAM:

- Remete informação sobre REUNIÃO DO Conselho Geral – Lisboa, em dezembro 2018;

FORESTIS – Associação Florestal de Portugal:

Remete convite para inscrição na sessão sobre Florestas;

Deputado Ascenso Simões:

- Remete para conhecimento a sua intervenção no debate do Orçamento do Estado sobre – Apoios às Escolas Profissionais e sobre o seu funcionamento;

Deputado Ascenso Simões:

- Remete para conhecimento a sua intervenção no debate do Orçamento do Estado sobre – Portugal no Mundo – Política Externa;

ANAM:

- Remete informação sobre REUNIÃO DO Conselho Geral – Lisboa, em dezembro 2018;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remetem para conhecimento um Projeto de Resolução nº 1858 / XIII/4ª Abolição de Portagens na A24, que apresentaram na Assembleia da República;

ANAM:

- Remete informação sobre a notificação da sessão Diária de Visto, de 25/10/2018, no âmbito do processo de fiscalização prévia, com a decisão proferida;

AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local:

- Remete informação sobre a Revista das Assembleias Municipais, publicação trimestral da Associação de Estudos de Direito Regional e Local;

Deputado Ascenso Simões:

- Remete para conhecimento a sua intervenção no debate do Orçamento do Estado sobre – Projeto piloto – Chaves – Contrato de segurança 4.0

Delegação de Murça da Liga Portuguesa Contra o Cancro:

- Remete convite para participar na III Gala Educação para a Saúde;

APM Norte – Associação Portuguesa de Management:

- Remete Convite para participar num Seminário sobre “A Sociedade Civil, a Economia Social e as Instituições na Valorização do Interior, no dia 24/11/2018, no Museu do Vinho, em S. João da Pesqueira;

União das Freguesias de Noura e Palheiros:

- Remete convite para participar no almoço Convívio para o Idoso e Pessoas com deficiência da freguesia;

Escola Profissional de Murça:

- Remete convite para participar nas Comemorações do seu 25º Aniversário;

Catarina Gouveia:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 30/11/2018;

Pedro Teixeira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 30/11/2018;

ANAM:

- Remete convocatório do Conselho Geral da ANAM;

AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local:

- Solicita o envio de informação sobre iniciativas da Assembleia Municipal de Murça, para possível publicação na 8ª edição da Revista das Assembleias Municipais;

ANAM:

- Remete para conhecimento as conclusões do Inquérito preenchido no Congresso de Mafra, sobre “ A Qualidade da Democracia Local vista pelos Presidentes das Assembleias Municipais;

ANAM:

- Remete para conhecimento a Proposta de Orçamento, Plano e a proposta de quotas;

Deputado Ascenso Simões:

- Remete para conhecimento a sua intervenção no debate do Orçamento do Estado sobre – Política de Defesa Nacional;

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 30/11/2018;

Deputado Ascenso Simões:

- Remete para conhecimento a sua intervenção no debate do Orçamento do Estado sobre – Instituições de Solidariedade Social – Enfoque Particular em Chaves e Murça;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remetem para conhecimento a proposta de alteração ao OE 2019 de Os Verdes que visa criar mais salas de educação pré-escolar;

AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local:

- Remete informação sobre a publicação Manual da Cidadania;

Grupo Parlamentar do PS:

- Remete Moção /Valorizar Murça, a Região, o Interior e Portugal

ANAM:

- Remete para conhecimento a 2ª Proposta de Regimento, para aprovação no próximo Conselho Geral.

Presidente da Junta de Freguesia de Candedo:

- Justificação pela ausência e E-mail de substituição, relativo à sessão do dia 30/11/2018;

_____/_____/_____

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

O deputado do PS, Arménio Ribeiro, procedeu à leitura da Moção / Valorizar Murça, a Região, o Interior e Portugal apresentada pela bancada do PS, que se transcreve:

“ Grupo Parlamentar Partido Socialista

Assembleia Municipal de Murça

MOÇÃO | VALORIZAR MURÇA, A REGIÃO, O INTERIOR E PORTUGAL

Na sequência da recente remodelação governativa e da criação da Secretaria de Estado da Valorização do Interior, é entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça propor a presente moção, e se aprovada ser enviada para a Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Valorização do Interior e todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.

“Assistimos a uma litoralização progressiva do país, acentuando-se a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior, as quais representam cerca de 2/3 do território nacional. A perda de coesão territorial e social nestes territórios tem vindo a agravar-se, e convoca-nos para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável...” é dessa forma que a Prof. Doutora Helena Freitas inicia a mensagem do Programa Nacional para a Coesão Territorial que elenca mais de cento e sessenta medidas, maioritariamente de iniciativa governamental, e uma agenda para o Interior que integra oito Iniciativas de carácter temático. Trata-se de um processo dinâmico que visa a construção da Coesão Territorial através da transversalidade da sua ação e que se concretiza na capacidade de medidas de desenvolvimento do território de carácter interministerial que resultam da articulação da ação de vários Ministérios e dos seus serviços desconcentrados.

A presença do estado e dos serviços públicos no território é imprescindível para a prossecução da coesão territorial, dessa forma alerta-se os decisores políticos para o indispensável reforço do estado nas regiões de baixa densidade e em concreto no Município de Murça para, entre outras, as seguintes situações:

- 1) Intervenção ativa do governo, junto da entidade reguladora ANACOM, para a manutenção direta dos CTT em Murça, bem como interceder pela melhoria do serviço de cobertura de rede móvel em todos os aglomerados populacionais e melhoria da cobertura da TDT e Fibra;
- 2) Reforçar os recursos humanos na Caixa Geral de Depósitos, de forma a melhorar o serviço, em concreto o tempo de espera e o horário de funcionamento;
- 3) Manutenção nas Estrada Nacionais que servem o território de Murça, concretamente a EN15 e a EN 212;
- 4) Manter e reforçar os serviços da Loja do Cidadão de Murça nomeadamente: Serviço Local de Segurança Social; Finanças; Instituto Registos e Notariado; Direção Regional de Agricultura; Espaço do Cidadão;
- 5) Reforçar o Serviço Nacional de Saúde com mais efetivos na prestação dos cuidados de saúde e a reabertura das extensões de saúde de Candedo, Fiolhoso e Jov;
- 6) Renegociação do Estado (Ministério da Saúde e Ministério da Segurança Social) com a Santa Casa da Misericórdia de Murça (maior empregadora do Concelho) dos acordos de cooperação de forma a evitar o agravamento da instituição que vive dias muito difíceis;
- 7) Requalificar o Quartel da Guarda Nacional Republicana em Murça (existe edifício e projeto);

São apenas algumas situações objetivas da presença do estado em Murça que devem ser potencializadas, outras existem como: majoração de fundos comunitários; Agrupamento de Escolas; Bombeiros Voluntários; prioridades em investimentos públicos, políticas de fixação e de discriminação positiva das populações; valorização ambiental através da agricultura, floresta e natureza.

Murça, 27 novembro de 2018

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça.”

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, sublinhou que a Moção vai de encontro a muitos problemas vividos no interior do país, designadamente no Município de Murça.

Ao nível do interior e quando se procura salientar problemas há imediatamente alguém que se perfila logo no primeiro lugar e os municípios pequenos como é o caso de Murça, por vezes, são esquecidos e postos de parte, por aqueles que se perfilam na linha da frente, avançando com movimentos pelo interior. Contudo, esses municípios fazem um enorme foguetório e depois é com

muita surpresa que se vêm funcionários dos serviços sociais, desses municípios a fazerem peditórios nas grandes superfícies comerciais.

Naturalmente, que esses que se perfilam no 1º lugar é para atingirem os seus interesses e os pequenos ficam sempre relegados para 2º lugar. Disse estar de acordo com a Moção apresentada e que da mesma será dado conhecimento, através do envio de cópia para os diversos grupos conforme referido, bem como para outras Assembleias Municipais do interior.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

_____/ / _____

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e questionou o porquê de ainda não ter sido dada resposta à questão colocada à Câmara Municipal pela sua Bancada Parlamentar, na última sessão ordinária da AMM, sobre qual o número de pessoas admitidas pela autarquia, desde 1 de novembro de 2017 até à presente data.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que parte dessa informação está a ser dada com a apresentação do Mapa de Pessoal. Contudo, se entenderem não ser suficiente será prestado o devido esclarecimento.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, cumprimentou todos os presentes e deixou as seguintes notas:

Referiu a realização de uma reunião da CMDFCI, onde foram abordados diversos assuntos, dos quais foi efetuado um balanço dos incêndios florestais ocorridos durante o ano 2018, no nosso

concelho. Houve um número significativo de ignições, mas com uma área ardida com pouco significado, embora seja sempre de lamentar. Disse que limpeza das faixas de gestão de combustível, realizadas durante o ano de 2018, foram as que estavam previstas no Plano Municipal (PMDFCI). Relativamente aos pedidos para fazer queimas e queimadas, informou que o procedimento tem sido o mesmo deste há um ano a esta parte, uma vez que a informação/licença da queima é feita na hora e a Técnica do GTF tem sensibilizado as pessoas, para os comportamentos adequados à realização da queima.

Nessa reunião foi ainda abordado o assunto relativamente à Galha do Castanheiro e as largadas que foram efetuadas no Concelho de Murça, nomeadamente 8 largadas na União de Freguesias de Carva/Vilares e 2 largadas na Freguesia de Valongo de Milhais. Referiu ainda que foi prestada informação técnica relacionada com os ninhos da Vespa Asiática. Essa informação foi ministrada aos técnicos do Município e aos Bombeiros Voluntários de Murça. Foram ainda adquiridos fatos de proteção especiais, para a Vespa Velutina, sendo que até ao momento no nosso concelho foram já retirados 5 ninhos.

Para 2019 estão previstas e definidas linhas orientadoras relativamente às faixas de combustão e ainda ações de sensibilização a promover junto dos agricultores, pastores e apicultores.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal qual a posição da Câmara Municipal perante a Escola Profissional Murça, em que situação se encontra e qual vai ser a reação da autarquia, relativamente a este assunto. Lembrou que já há algum tempo veio a esta Assembleia Municipal a possibilidade da Câmara poder alterar o pacto societário com a Escola Profissional e até ao momento ainda nada foi alterado.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes e disse que também ele subscreve a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado do PSD, Carlos Silva lembrou que já veio a esta Assembleia Municipal uma proposta sobre a possibilidade de alterar o pacto social, ficando a Câmara com 60% do capital e a Santa Casa da Misericórdia com 40%. Uma proposta aprovada na Câmara e na Assembleia Municipal, contudo do lado da Santa Casa o mesmo não aconteceu.

Entretanto, reuniram elementos que de alguma forma estão envolvidos neste processo chegou-se a um entendimento que de acordo com a Lei 50/2012, que é o regimento que regula as empresas locais ficava acordado que se iria optar por uma empresa local que poderia ser levada á prática, não alterando o capital social e ficando a nomeação da gerência à responsabilidade da Câmara. Com esta particularidade a posição do Município passaria a ser dominante. Assim sendo, haveria a

possibilidade de ter aqui uma empresa local participada pelo Município e com possibilidade de celebrar contratos programa, no âmbito daquilo que a Lei 50/2012, determina. O que ficou apontado foi que depois de aprovado na Santa Casa seria tratado na Câmara e na Assembleia Municipal. Acontece, que a sessão da Santa Casa onde esse assunto iria ser discutido acabou por ficar suspensa. Disse desconhecer se haverá ou não desenvolvimentos, todavia é uma situação que persiste e que carece ser resolvida, aguardando-se uma resposta da Santa Casa.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, José Marcolino, cumprimentou todos os presentes e disse que após um ano de mandato lhe parece oportuno fazer uma breve reflexão.

Disse que a Junta de Freguesia de Fiolhoso fez um acordo com a Câmara Municipal, para fazer uma reparação no edifício da Ex-Escola Primária de Cadaval e no Cemitério de Fiolhoso e até ao momento ainda nada foi feito e nem o técnico da Câmara que ficou de ir ao local, lá apareceu. Foram também enviados ofícios à Câmara Municipal com diversas solicitações, nomeadamente questões relativas à Iluminação Pública, entre outras e nenhuma resposta nos foi dada.

Agradeceu a reparação efetuada nos bancos do largo de Fiolhoso, aguardando que também em Cadaval esse trabalho possa acontecer.

Lembrou que ficaram de agendar uma reunião com o Dr. Armando Vieira acerca das Extensões de Saúde e até agora nada. O Centro de Saúde de Murça tem estado um caos e só lamenta que o Sr. Vice-Presidente da Câmara não tenha tanto interesse com a Freguesia de Fiolhoso e com sua Extensão de Saúde, como teve com a Extensão de Saúde de Campo de Jales.

Sobre a Vespa da Galha do Castanheiro disse lamentar que na informação prestada esteja omissa a ajuda prestada pela Junta de Freguesia de Fiolhoso.

Sobre o Barraco construído no Largo de Fiolhoso disse pretender saber em que moldes foi construído, dado que a Junta de Freguesia nada sabe sobre aquela obra.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, colocou duas questões, nomeadamente sobre um MUPI que foi colocado com a imagem do soldado “Herói Milhões”, uma vez que naquele espaço constava uma listagem das cidades geminadas com a Câmara Municipal. Durante anos houve parcerias e intercâmbios, questionando o que pretendem fazer relativamente a estas geminações.

Disse pretender aproveitar o momento para fazer uma reflexão sobre uma publicação/estudo efetuada recentemente, pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, intitulada “Qualidade da Governação do Poder Local em Portugal”, referindo que o livro está em formato PDF, disponível gratuitamente no *site* da Fundação e para quem o pretender comprar o valor é bastante acessível. Nele é referido um conjunto de ranking, para os 25 melhores municípios em vários itens,

infelizmente Murça não está em nenhum, mas essa não é a questão. Daquilo que pode ler disse que os estudos apontam algumas conclusões, que passou a citar: “Uma das principais conclusões foi que a forma que o poder local é exercido ao nível das autarquias, em Portugal tem de se adaptar às novas exigências da sociedade e a um modelo diferente de governar que pode implicar a perda de poder dos Presidentes de Câmara. Os autores do estudo consideram que há um poder excessivo na figura do Presidente de Câmara. Um documento que chama a atenção para a necessidade de se pensar a organização do poder local em Portugal e não só “a transferência de competências e o respetivo envelope financeiro”. O estudo permite concluir que “neste momento existem dois sistemas de governação local em Portugal: um tradicional em que a Câmara Municipal está no centro da dinâmica local, quer do ponto de vista de emprego, quer do ponto de vista do volume de negócios: e um outro que está a emergir em que o Município tem uma função mais de mediação, de negociação contínua entre os diferentes atores do desenvolvimento local e que cada um tem diferentes recursos e funções”. Há um outro ponto a sobressair no estudo “há um défice crescente de participação dos cidadãos nas questões relacionadas com a governação local, não só pela constatação de menor participação nas eleições autárquicas como também no envolvimento nos órgãos municipais como a assembleia municipal.” O desenho institucional das assembleias municipais tem de ser reequacionado. Fez sentido na transição democrática, mas deixou de o fazer nos anos 80 do século passado. A assembleia municipal junta os eleitos por lista e os presidentes de junta que participam por inerência e com direito de voto e isso é um problema pois em matérias de investimento público na sua junta votam em causa própria. Foram colocados nas AM para que se pudessem fazer ouvir no caso de o executivo ser de outro partido que não o seu, mas isso agora já não faz sentido”. As assembleias não têm competências legislativas, apenas deliberativas e não têm competências de fiscalização efetiva. “Quanto ao facto de os cidadãos marcarem pouca presença nas assembleias municipais esse facto pode ser explicado porque as pessoas só se dirigem à AM quando se esgotaram todos os outros mecanismos que têm para resolver os seus problemas como “o contacto direto com o presidente da câmara ou um vereador”. “Por outro lado quando vemos os baixos níveis de representação isso não significa que o cidadão esteja satisfeito com a qualidade da governação, muitas vezes não se queixam por medo de represálias ou por acharem que a queixa vai ser inconsequente. Tudo isto denota que a sociedade civil tem de ser mais exigente e mais participativa”. Sugeriu que Murça pudesse convidar os autores deste estudo, para ser melhor apresentado e refletido. Isto não é uma crítica, mas sim a constatação de um facto e que até poderia ser debatido na ANAM e/ou num Fórum Local ou Regional.

Referindo-se à publicação das 500 maiores empresas, disse que Murça tem a melhor com o valor mais baixo, das piores apresentadas, o que se traduz num indicador muito preocupante.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, deu os parabéns ao deputado Arménio pela reflexão e por estar atento, mas ressaltou que os anos de referência no estudo são de 2013 a 2017 e não de 2018. Disse que de facto Murça não está nas 25 primeiras, mas espera que num futuro estudo possa vir a estar.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, referiu que a intervenção do deputado Arménio é de louvar, mas é preciso sermos mais práticos se queremos desenvolver este concelho. O concelho precisa de boas políticas que gerem emprego. O Sr. Presidente da Câmara está de parabéns pelo trabalho que está a desenvolver e só espera que assim continue, pois durante muitos anos as verbas foram gastas em outras realizações, descorando a sustentabilidade do concelho.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que é importante que as pessoas se envolvam e que reflitam sobre os estudos que vão sendo feitos. A política é uma constante aprendizagem, contudo considera que na política é importante que se faça, mas que comunicar seja decisivo. A participação cívica é reduzida e a sugestão dos Fóruns é importante que se façam.

Sobre as geminações, disse que o Município de Murça tem na verdade alguns acordos de parceria com cidades de outros países. Uns deles mais importantes que outros, mas que aquele MUPI não fazia muito sentido estar ali. Concorde que a geminação com a cidade de Beaufort, no Luxemburgo é importante manter, dado o elevado número de emigrantes do nosso concelho a residir naquela cidade. Referiu que pretende acima de tudo e depois de perceber quais os que têm mais ligações a Murça, procurar valorizar mais no plano social e económico. Nas relações com o exterior irão procurar estar empenhados, daí pretenderem dar alguma dinâmica ao GAE – Gabinete de Apoio ao Emigrante.

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, José Marcolino referiu que há coisas boas e outras menos boas, mas que têm procurado resolver as situações que lhes parecem ser mais urgentes.

Sobre a questão da Galha do Castanheiro disse que ainda bem que a AFLODOUNORTE se tem envolvido com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Murça na resolução de vários problemas. Agora, se a divulgação dessas ações não foi feita na íntegra, isso é algo que desconhece.

Quanto às Extensões de Saúde referiu que quando quem dirige a saúde a nível regional não lhes dá resposta, pouco ou nada podem fazer. Disse ainda desconhecer que o Centro de Saúde Murça esteja um caos e que procurará dar conhecimento dessa preocupação aqui manifestada pelo Presidente de Junta de Fiolhoso.

Quanto à Iluminação pública disse que tem procurado resolver as situações que vão surgindo.

Relativamente ao ano de mandato disse que alguma coisa se vai fazendo. Sobre a Escola de Fiolhoso esclareceu que já lá foi um técnico e que é intenção da autarquia procurar resolver aquela situação.

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Luís Marques, cumprimentou todos os presentes e disse que várias foram as *démarches* que a Câmara Municipal procurou fazer relativamente às extensões de Saúde de Murça.

Relativamente à questão de Campo de Jales, disse que fez todo o sentido que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar solicitasse a presença da Câmara de Murça na reunião com o ACES, sobre a extensão de Campo de Jales porque também a nós diz respeito, dado que aquela unidade de saúde também serve os Municípios da Freguesia de Carva e Vilares, daí a sua presença e a do Presidente de Junta, José Sousa.

Relativamente aos trabalhos realizados, recordou que também a máquina já foi disponibilizada para a Freguesia de Fiolhoso.

Sobre a questão da Vespa da Galha do Castanheiro, esclareceu que foi nomeada uma Comissão no ano de 2016 em que a Associação Florestal – AFLODOUNORTE também faz parte, bem como o GTF da Câmara Municipal e a associação Portuguesa da Castanha. O município indicou parceiros que poderiam fazer parte desse trabalho e em resultado desse trabalho foram realizadas algumas largadas, em algumas freguesias.

Disse ainda que sobre a questão da remoção dos ninhos da Vespa Asiática a AFLODOUNORTE aparece associada a esta remoção juntamente com o BVM, porque ambas fazem parte de um grupo de trabalho criado pela Comissão Municipal de Proteção Civil.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que a Comissão de Festas solicitou autorização para fazer aquela construção no largo de Fiolhoso. Uma iniciativa da população e a Câmara apenas autorizou a sua realização, sem que para o efeito fosse necessário licenciamento ou de qualquer apoio financeiro da parte da Autarquia.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, José Marcolino, esclareceu que não disse que aquela obra estava mal construída, apenas desconhece até que ponto a EDP não pedirá esclarecimentos sobre aquele equipamento, uma vez que foi construído junto à Cabine da luz.

É verdade que os bancos de jardim são propriedade da Junta de Freguesia, mas também a Escola é propriedade da Câmara e neste momento está limpa porque foi a junta que a limpou. Reitera que deveria haver mais colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, informou que em Vila Pouca de Aguiar a Câmara terá relativamente às extensões de saúde, financiado a contratação de um médico, durante um determinado período. Em Murça para termos as três extensões do nosso concelho a funcionar, a Câmara teria condições financeiras para investir na contratação de um Médico ou interesse em tal medida?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, refere que a Câmara só tem de colaborar com as Juntas de Freguesia. Quando soube que aquela obra estava a ser feita deveria ter solicitado esclarecimento e a Câmara apenas transmitiu à Comissão que relativamente à construção daquela obra não tinha nada a opor.

Se a opção de ter um Médico contratado pela Câmara for uma proposta, ela deve ser pensada e ponderada. Percebe que a falta de Médico é determinante. Esta é uma situação que deve ser ponderada e decidida, mas sempre em colaboração com a Câmara Municipal, Junta e Serviço de Saúde e nunca será apenas, para que possa ser notícia.

_____ //

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 – Pedido de suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro;

(ao abrigo do artigo 97º, nº 4, da Lei 114/2017, de 29 de dezembro)

4 – Relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do Município de Murça no 1º semestre de 2018;

(nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

5 – Normas de execução do orçamento para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

6 – Orçamento para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

7 – Grandes Opções do Plano para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

8 – Mapa de Pessoal para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea ccc), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

9 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

10 – Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal e da Sociedade Civil na Comissão de Transito Municipal;

(alínea b) e i) do artigo 4º do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito)

11 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

_____/____/_____

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia **6 de setembro de 2018 e o dia 22 de novembro de 2018.**

1. O **Agrupamento de Escolas de Murça** iniciou a atividade do ano letivo 2018/2019, no dia **14/09/2018**, com a receção às crianças Pais e Encarregados de Educação, alunos do 1.º ciclo e alunos do 5.º ano de escolaridade. Os restantes alunos (6.º a 12.º anos) iniciaram as suas atividades dia 17 de setembro.
2. Decorreu no dia **14/09/2018**, reunião com Comandante do Posto Territorial de Murça Sargento Teodoro Silvano, para **apresentação do Capitão Novais** que é quem coordena as unidades de Vila Real, Chaves, Régua e Trânsito. Foram abordadas questões de segurança e o novo quartel de Murça.
3. Decorreu no dia **17/09/2018**, reunião com **Eng.º Jorge Nunes e Eng.ª Rosa Cortez**, no âmbito do **Portugal 2020**, onde foram abordados assuntos relacionados com o Plano Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (**PAMUS**). Nesta medida irá ser realizado um **Interface Rodoviário** que faça a gestão de autocarros em Murça, que permita a interligação entre as carreiras que operam no Concelho de Murça.
4. Decorreu no dia **19/09/2018** no Auditório do Centro de Cultura de Murça, o **Dia do Diploma**. Esta cerimónia começou com a atuação do grupo de metais da Orquestra Energia. Seguidamente foram entregues os **diplomas aos melhores alunos** de todos os ciclos de ensino e secundário, que assim compõem o **quadro de mérito e excelência do Agrupamento**. Foi também reconhecida a melhor turma da escola no ano letivo passado e foram entregues os Diplomas aos alunos que terminaram o 12º ano no ano letivo anterior. Nesta sessão foi premiando o melhor aluno de cada ciclo de ensino, os melhores alunos de ciências sociais e humanas do 2º e 3º ciclo e secundário e o melhor aluno que terminou o ensino secundário do Curso Científico-humanístico de Ciências e Tecnologias, assim como o melhor aluno que terminou o ensino secundário do Curso Técnico de Recursos Florestais e Ambientais de **2016|2017**. Estes alunos **não tinham recebido esta distinção** por parte da autarquia, mas que neste dia **foi honrado esse compromisso**. O mesmo se aplicou ao ano letivo de **2017|2018**.
5. Decorreu no dia **24/09/2018** a Sessão Pública de Esclarecimento - **3ª edição TUAMP "Amplifica-te!"** e **2ª edição do TUACIN**. O TUAMP - TUA MENTORING PROGRAM "Amplifica-te!" apresenta-se como um programa integrado de capacitação que irá incluir Workshops em áreas fundamentais para o desenho e sustentabilidade de um projeto empresarial/empreendedor, desde a

proposta de valor ao plano de negócio, fontes de financiamento, marketing e estratégia, entre outros. Ao participar terá ainda acesso a um conjunto de especialistas, serviços e ferramentas que lhe permitirão desenvolver um projeto de negócio consequente e sustentável. Esta é uma oportunidade **para todos os que se interessem por empreendedorismo**, ou que procurem informação e apoio especializado na idealização, planeamento e concretização do seu projeto de forma gratuita. O TUACIN apresenta-se como um concurso de Ideias de Negócio do Vale do TUA que integra o Programa de Empreendedorismo do Vale do Tua, tem por objetivo último estimular o desenvolvimento de conceitos de negócio, em torno dos quais se perspetive a criação de novas empresas ou apoiar o desenvolvimento de novos produtos /serviços de empresas, com a premiação e reconhecimento público de 6 projetos da região.

6. No dia **25/09/2018**, realizou-se na Escola Básica e Secundária e no Centro Escolar de Murça, de forma simbólica, a **oferta dos cadernos de fichas aos alunos do 1º e 2º ciclo matriculados no Agrupamento de Escolas do concelho**. O Município de Murça decidiu, este ano, complementar a oferta dos manuais escolares, **oferecendo pela primeira vez, os livros de fichas a todos os alunos do 1.º ao 6.º ano**. Este apoio beneficia 245 alunos, independentemente dos rendimentos do seu agregado familiar, e representa um importante investimento financeiro por parte da Autarquia, que deste modo contribui para o sucesso educativo dos alunos deste concelho e reforça o apoio às famílias, ajudando-as naquela que é uma das suas maiores prioridades, a educação.

7. No dia **27/09/2018**, reunimos com a Direção da **Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça**, para tratar da conclusão do protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Cooperativa dos Olivicultores em Janeiro de 2001. No processo que analisamos verificamos troca de **correspondência desde 1992**, há mais de 26 anos. Na adenda ao protocolo efetuada em novembro de 2006, estava prevista a realização imediata da **escritura de transferência das ex-instalações da Cooperativa Agrícola para o nome do Município**, o que até hoje não se concretizou. Para finalizar este processo, a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores será ressarcida do IMI suportado desde 2008 até 2018. No dia 16/10/2018 este assunto foi a reunião de Câmara, onde foi deliberado por unanimidade mandar o Presidente da Câmara, para em nome do Município outorgar a competente

escritura de compra e venda para cumprimento do acordo e respetiva adenda. Foi também autorizado o reembolso do **IMI** - Imposto Municipal sobre Imóveis, à Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, no valor de **2.389,86€** (dois mil trezentos e oitenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos), valor esse que vai ser reembolsado no ato da escritura, a realizar definitivamente ainda em 2018.

8. Decorreu no dia **28/09/2018**, uma sessão informativa **N-Invest** em Carrazeda de Ansiães. A AEP, através do seu projeto **N-Invest**, pretende contribuir para a valorização do território da região Norte, designadamente através da melhoria da organização da oferta das áreas empresariais e da promoção da captação de investimento. Foi criada uma Plataforma para **mapear e classificar na Região Norte as Áreas Empresariais**, para efetuar interface com o Investidor: Mapeamento das Áreas Empresariais; Localização (Região / CIM / Município); Inventariação da OFERTA em cada um dos 86 concelhos da Região Norte; Lotes de Terrenos disponíveis (Área total / Lotes ocupados / Lotes livres); Classificação das Áreas Empresariais; Qualidade das infraestruturas (distancia-tempo até autoestrada, acesso a fibra ótica); Acessibilidades, distancia-tempo a autoestradas, aeroporto, porto marítimo, terminal ferroviário, creches, ensino superior, posto de correio, alojamento; Redes de infraestruturas disponíveis (Tipologia das infraestruturas, pavilhões, lotes para construção. Serviços, etar, fossa séptica, fibra ótica, gás natural, ecopontos...); Facilidades (espaços para refeição, áreas para formação, serviços de suporte local); Observatório de Informação Socioeconómica e Empresarial; Caracterização socioeconómica de cada Concelho; Gabinete de Apoio ao Potencial Investidor; Aconselhamento especializado e personalizado à instalação de novas empresas.

9. Foi publicado no dia **28/09/2018** na II Série do **Diário da República**, o Anúncio de procedimento n.º 7990/2018, referente ao anúncio do **concurso público para expansão da Zona Industrial** de Murça Fase 3, com o valor do preço base de **195.000,00€**. Esta fase de ampliação, já há muito esperada, pretende finalmente criar condições para a instalação de mais empresas no concelho de Murça. Uma das respostas que desde o primeiro dia de mandato procuramos resolver, é precisamente a ampliação da Zona Industrial de Murça. Não podemos ambicionar o desenvolvimento deste concelho se não

garantirmos as melhores condições para que a atividade económica se desenvolva e prospere.

10. Decorreu entre os dias **24/09 e 14/10/2018**, no Centro de Cultura de Murça a **exposição "Racines"** (Raízes), da historiadora Aurore Rouffelaers, com um conjunto de 19 relatos e retratos de descendentes de soldados do Corpo Expedicionário Português (CEP), que foram para França em 1917 e aí permaneceram e constituíram família após a Grande Guerra.

11. Foram **removidos vários ninhos de Vespa-Asiática** nas localidades de **Valongo de Milhais, Vargès e Fiolhoso**, com a colaboração entre o **GTF, Bombeiros e Aflodounorte**. A Vespa-Asiática é uma espécie invasora que constitui uma preocupação séria das autoridades devido à sua ação predadora que põe em perigo as abelhas autóctones e a vida humana. Foi ministrada **formação ao GTF, ao serviço de Fiscalização Municipal e aos Bombeiros Voluntários de Murça**, assim como a **aquisição de equipamentos para remoção dos ninhos**.

12. Iniciaram no dia **02/10/2018**, no Pavilhão Desportivo Municipal, **aulas de Fitness**. Esta atividade realiza-se à terça e sexta-feira das 19h30 às 20h30.

13. No dia **04/10/2018**, reuniu o Conselho Diretivo da Associação de Município do Vale do Douro Norte, onde foram abordados assuntos relacionados com as condições que o **canil** tem para fazer a esterilização dos cães abandonados, em antes de serem adotados pelas famílias de acolhimento. O **bloco operativo** e a **sala de recobro do Canil** necessitam de **obras de beneficiação** e torna-se necessário construir uma sala de instrumentos. De momento o canil está lotado. Pôs-se a hipótese de abrir concurso para serem as clínicas veterinárias particulares a fazer a esterilização, mas não houve consenso quanto ao método de concurso. Vão ser apresentadas propostas para decidir qual a melhor opção.

14. Decorreu no dia **04/10/2018** uma reunião com os **Chefes de Divisão** e a empresa responsável pela **desmaterialização dos processos do Município de Murça**. Para a desmaterialização de processos ser bem-sucedida é necessário identificar os circuitos de informação, assim como, quais os tipos de documentos utilizados no Município. Só desta forma será possível converter os processos físicos para o meio digital sem inconvenientes, ao mesmo tempo que se reajustam os fluxos de informação.

15. A "**Travessia Transmontana**" realizou-se entre os dias **5 e 7/10/2018** teve a **parceria do Município de Murça**. Este é um evento de desporto e aventura que proporciona aos participantes percorrer com bicicleta toda a região do Nordeste Transmontano. Além do convívio e superação é motivo para apreciar as paisagens e a gastronomia única desta região. O momento para além de promover o concelho e as suas riquezas naturais, serviu também para dar a provar a nossa doçaria conventual.

16. No dia **08/10/2018**, o **Turismo de Portugal, I.P.** promoveu no **Museu do Douro no Peso da Régua**, uma sessão de esclarecimento denominada "**Estratégia Turismo 2030**", sobre projetos e iniciativas para o desenvolvimento turístico do Douro. A sessão contou com a presença do **Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral e da Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho**. Foram **assinados protocolos/contratos** entre: Turismo de Portugal I.P. e UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Turismo de Portugal I.P. e IVDP - Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P. Turismo de Portugal I.P. e CIM Douro - Comunidade Intermunicipal do Douro; CCDDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e CIM Douro - Comunidade Intermunicipal do Douro.

17. No dia **09/10/2018**, realizou-se uma reunião do Conselho Coordenador de Avaliação **CCA**, para verificar as diretrizes e orientações gerais, da aplicação objetiva e harmónica do **SIADAP** Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública. Esteve presente da reunião para além do Executivo, os **chefes de divisão** da DAF, DOM, DTIC, DRO, DAS e DAGU.

18. No dia **10/10/2018** chegou ao Município de Murça uma **notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto**, com ação contra a Câmara Municipal de Murça interposta por **Marcelino de Assis Gomes Augusto**.

19. No dia **14/10/2018**, decorreu na **Residência de Estudantes** de Murça uma **reunião** com os **Pais, Encarregados de Educação e Alunos** que frequentam a residência, para apresentação do **Regulamento Interno**, devidamente revisto e atualizado. Esta ferramenta permite regulamentar e disciplinar este espaço, que está praticamente **ao serviço da Escola Profissional de Murça**.

20. No dia **16/10/2018**, foi deliberado em reunião de câmara aprovar a proposta do **Contrato de Prestação de Serviços** entre os CTT - Correios de Portugal, Sociedade Aberta e o **Município de Murça**. O Município de Murça foi surpreendido pelos CTT ao ter como facto consumado a decisão de encerrar a Loja dos CTT de Murça. Esta decisão repentina foi prontamente reivindicada pelo Município de Murça e conjuntamente com **Comunidade Intermunicipal do Douro** foi interposta uma **Providência Cautelar** no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela para a reversão deste processo. O Conselho Diretivo da **Associação Nacional de Municípios** remeteu também um documento ao Governo e à Presidência da República a solicitar intervenção nesta matéria. Estas duas ações da CIMDOURO e da ANMP não impediram os CTT de continuar com o processo de encerramento da Loja e abrir um Posto dos CTT em Murça a partir do mês de novembro/18 recorrendo a um prestador de serviços. O Município de Murça entendeu que podia ser parte da solução, tendo em vista a garantia de um serviço postal universal, prestado com qualidade e com proximidade às populações, assegurando a prestação deste serviço à população do Concelho de Murça, sem que o Posto de Correios tivesse que mudar de sítio. Qualquer posição que fosse tomada na Reunião de Câmara, não invalidava que o processo tivesse que reverter, fruto das posições já tomadas. Entendeu-se que a Câmara devia fazer os possíveis para que a população não ficasse prejudicada, antes pelo contrário, beneficiasse com a qualidade dos serviços a ser efetuados pelo Município. Depois de tomadas todas as diligências para que o Município prestasse este serviço, **foi suspenso o processo pelos CTT**, assegurando o serviço até serem ultrapassadas as dúvidas levantadas pela Anacom, Comunidades Intermunicipais e Associação de Municípios.

21. No dia **16/10/2018**, decorreu **reunião** com representantes da **Escola Profissional de Murça**, tendo como objetivo principal, mais uma vez, o enquadramento legal a que obriga a **Lei 50/2012**, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das

participações locais. Esta é uma situação que tem demorado mais tempo que aquele que desejámos, mas carece também do **envolvimento da Santa Casa da Misericórdia de Murça**.

22. Iniciou no **mês de outubro no Pavilhão Desportivo de Murça**, o programa **"Seniores Ativos"**, um projeto que tem como objetivo proporcionar à população idosa uma atividade física orientada, regular e vocacionada para a promoção da saúde e bem-estar. Esta atividade **desenvolve-se também na Santa Casa da Misericórdia de Murça**, mais concretamente os **Lares de Murça, Fiolhoso e Candedo**.

23. **Iniciaram em outubro as aulas da Escola de Natação**, na Piscina Municipal, que proporciona a **prática de várias modalidades aquáticas** a mais de duas centenas de pessoas de todas as idades.

24. A **Piscina Municipal Coberta abriu ao público** no dia 17/10/2017. Vai funcionar de segunda a sexta-feira das 15h00 – 20h30 e ao sábado das 15h00 – 20h00.

25. **Iniciaram em outubro as Atividades de Enriquecimento Curricular**, para alunos do 1.º Ciclo e Pré-escolar do Centro Escolar, assim como para o **Pré-escolar do Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Murça**.

26. No dia 23/10/2018, Murça foi palco da **apresentação**, da **minissérie da RTP "Soldado Milhões"**, produzida pela Ukbar Filmes e que assinala o **centenário do fim da Primeira Guerra Mundial**. A minissérie de três episódios, que parte do filme que esteve nos cinemas já este ano, estreia-se na RTP1, em horário nobre, e foi transmitida nos dias 03, 10 e 17 de novembro. A cerimónia de apresentação da série, em Murça, incluiu uma visita ao busto do "Soldado Herói Milhões" e ainda uma visita à aldeia onde nasceu Aníbal Augusto Milhais.

27. De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), o Município de Murça está a **realizar ações de prevenção estrutural**, para criar condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais. Foi feita uma avaliação das Freguesias que necessitam de uma intervenção prioritária, estando **envolvidas diversas entidades**, como a **Associação Florestal do Vale do Douro Norte, Conselhos Diretivos de Baldios, Juntas de Freguesia e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas**, num processo liderado pela Câmara Municipal de Murça. Com a execução destes trabalhos, pretende-

se **reduzir o risco de incêndios**, através da criação de pontos de ancoragem, facilitar o acesso aos locais, **disponibilizar caminhos de fuga aos Bombeiros e à população**, mas sobretudo reduzir gradualmente o tempo de resposta na primeira intervenção. Estão a ser intervencionadas áreas, essencialmente **áreas baldias, nas Freguesias de Jou, de Valongo de Milhais e de Murça**, estando **previstas** ações em outras áreas do território, nomeadamente na Terra Fria, nas Freguesias de **Carva e Vilares e Fiolhoso**.

28. No dia **18/10/2018**, decorreu reunião com o **Diretor Regional de Cultura do Norte**, Dr. António Ponte, com vista a **resolução de processos pendentes de licenciamento urbano do Município de Murça e agilização de procedimentos**.

29. O **Município de Murça reforçou a distribuição de fruta e legumes nas escolas**. Trata-se de um programa da União Europeia, ao qual a Câmara de Murça se candidatou, mas que **contemplava apenas os alunos do 1º Ciclo**. No entanto, seguindo a política Municipal de apoio direto às famílias e ao desempenho escolar, **decidimos incluir também os alunos do pré-escolar**. Em articulação com o Agrupamento e Escolas de Murça, a par da distribuição de fruta, também irão ser realizadas atividades, no meio escolar, que visam desenvolver competências de alimentação saudável e o conhecimento das origens dos produtos agrícolas.

30. Decorreu no dia **24/10/2018** no Centro de Cultura de Murça, um **Sarau de Poesia**, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Murça.

31. No âmbito das **comemorações do Armistício da Primeira Guerra Mundial**, promovidas pelo Município de Murça no passado dia **11/11/2018**, realizou-se o descerramento de uma lápide evocativa do Soldado Milhões no cemitério da sua terra natal, Valongo de Milhais. Ainda nesta localidade, foi celebrada uma **Missa Solene, presidida por D. Amândio Tomás**, Bispo da Diocese de Vila Real. Na Praceta Herói Milhões, realizaram-se as cerimónias com honras militares, que foram presididas pelo Tenente-general Fonseca e Sousa e pelo presidente da Câmara Municipal de Murça. Foram colocadas coroas de flores junto ao busto do Herói Milhões, como forma de homenagear todos os soldados mortos na Guerra Mundial. No Centro de Cultura de Murça realizou-se uma palestra alusiva à Grande Guerra, pelo Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa. Esteve ainda patente uma exposição sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial no Centro de Cultura de Murça. O dia terminou com um almoço volante no Parque Urbano.

32. Foi **aprovado em reunião de Câmara de 06/11/2018** submeter a **discussão pública o Projeto de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Policia.**

33. Iniciaram no dia **19/11/2018**, nas **Piscinas Municipais cobertas, aulas de Hidroginástica.** Esta atividade realiza-se à segunda e quinta-feira das 20h00 às 21h00.

34. O **Halloween** foi o tema de mais uma edição da Hora do Conto que decorreu entre os dias **02/11/2018 e 09/11/2018** na **Biblioteca Municipal de Murça.** Esta iniciativa foi dirigida às crianças dos **Jardins de Infância de Murça e do CSRC de Vila Verde** e dividiu-se em três sessões. Como tem sido apanágio desta Biblioteca Municipal, o cenário transportou-nos para o tema abordado - Halloween. A obra trabalhada foi "Carlota Barbosa, a bruxa medrosa" de Layn Marlow. No final da atividade, todas as "salas" foram brindadas com um "casal de aranhas", realizado pelas colaboradoras da Biblioteca Municipal.

35. Realizou-se no dia **18/11/2018**, o **Encontro de Clássicos e Antigos de Murça**, automóveis que percorreram, em desfile, várias artérias da vila, despertando o interesse e a curiosidade dos Murcenses. O dia começou com uma concentração na Praça 5 de outubro, onde os participantes foram recebidos na Câmara Municipal. Depois de estarem em exposição e serem apreciados, os clássicos, alguns verdadeiras peças de museu visitaram as Cooperativas de Vinho e de Azeite de Murça. Do programa constou ainda um animado almoço convívio e uma passagem pelas "Curvas de Murça". O dia terminou com a realização de um magusto. Esta iniciativa foi organizada numa parceria conjunta da Câmara Municipal de Murça, da Junta de Freguesia de Murça e da Comissão de Festas em Honra de Nosso Senhor dos Aflitos. O evento contou ainda com o apoio da Adega Cooperativa de Murça, da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça e da Escola profissional de Murça.

36. O Município de Murça foi o anfitrião da **primeira edição do colóquio: educação, herança cultural e desenvolvimento**, que se realizou no Centro de Cultura, no passado dia **21/11/2018**. Centrado em temáticas de elevado interesse para o desenvolvimento local e para a preservação da herança cultural e inter-geracional que advém da história da educação no concelho, no país e na europa, este colóquio contou com intervenções de inúmeros oradores e investigadores das diversas áreas científicas, aqui destaca-se

a presença do Prof. Doutor Agustin Escolano Benito, da Universidade de Valladolid e Diretor do CIENCE. Da Universidade do Porto veio um grupo de alunos que se associaram aos inúmeros participantes desta iniciativa, que antes de assistirem às comunicações no Auditório Municipal, houve oportunidade para apreciarem o rico património material de Murça, com visitas guiadas a diversos pontos de relevância turística.

37. Teve lugar em Murça, no dia **25/11/2018**, no Pavilhão Municipal de Murça, o **1º encontro da época de Petizes, Traquinas e Benjamins**. Este encontro, organizado entre a Associação de Futebol de Vila Real e o Murça SC, contou com o apoio do Município de Murça.

Contratos de aquisições de serviços em execução:

38. Revisão do **Projeto de Execução "Beneficiação da escola EB2,3 e Secundária de Murça"**. Abertura de procedimento. Valor: 16,000.00€.

39. **Projeto de Execução do Interface de Murça**. Abertura de procedimento. Valor: 27,000.00€.

40. Fornecimento de **Cobertura para o Centro Escolar de Murça**. Abertura de procedimento. Análise, Projeto de decisão de adjudicação.

Contratos de empreitadas em execução:

41. **Expansão da Zona Industrial de Murça - Fase 3**. Análise das propostas apresentadas. Preparação dos relatórios de análise, relatório preliminar, audiência prévia. **Preço base: 195.000,00€**. Em fase de pré-contratação.

42. **Recuperação de Linhas de Água** afetadas pelos Incêndios de 2017. **Valor: 47.169,81€**. Estado do procedimento: Elaboração e assinatura do contrato.

43. **Obras de Remodelação para Instalação do Balcão Único**. Valor: 45.921,63€. **Em execução**.

Candidaturas a programas de financiamento:

44. **"Candidatura ao Programa Valorizar -Linha de Apoio á Valorização Turística do Interior**. As áreas de serviço e de pernoita para **autocaravanas** são infraestruturas básicas de apoio ao turismo itinerante e de promoção do desenvolvimento regional sustentável. São igualmente um instrumento de ordenamento urbano dos locais mais procurados pelos

autocarvanistas. Neste caso o município ao promover a criação de infraestruturas de apoio ao turismo itinerante coloca desta forma o concelho no mapa europeu das localidades amigas e divulgadas pelos Auto caravanistas. **Montante do investimento: 9.300,00€.** Montante Financiado (Fundo de Turismo): **6.510,00€ (70%).** Contrapartida Local: 2.790,00€.

45. Aprovação da Candidatura NORTE-09-0550-FEDER-0000112 "D2Gov - **Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos**". **Investimento total elegível Aprovado: 293.773,70€.** Montante financiado Aprovado: **249.707,65€ (85%).** Contrapartida Local: 44.066,06€.

Serviço de abastecimento de água e saneamento:

46. **Reparação de 28 avarias nas redes de distribuição de abastecimento de água** em Vargès, Ribeirinha, Jou, Murça, Noura, Banho, Cadaval, Sobreira, Penabeice, Candedo, Salgueiro, Porrais, Mascanho e Cortinhas.

47. **Reparação de 32 avarias em ramais de abastecimento de água** em Sobredo, Murça, Ratiço, Carva, Vargès, Sobreira, Serapicos, Aboleira, Porrais, Monfebres, Vale d'Egua, Palheiros, Carvas, Fonte Fria e Penabeice.

48. **Colocação de 11 ramais novos de abastecimento de água** em Fiolhoso, Sobredo, Murça, Palheiros, Vargès, Sobreira, Serapicos e Noura.

49. **Desobstruções de 7 redes de saneamento** em Fiolhoso, Sobredo, Murça Palheiros, Cadaval e Noura.

50. **Colocação de 5 ramais novos de saneamento** em Noura, Cadaval, Palheiros e Murça.

51. **Tratamento e Controlo contínuo da qualidade da água.**

52. **Manutenção e reparação contínua dos sistemas elevatórios** pertencentes ao Município.

53. **Limpeza dos nascentes / origens de água / Depósitos**, essencialmente na zona da **terra fria**.

Serviço de Obras e Oficinas

54. **Remodelação da rede elétrica e informática** no edifício da Divisão de Tecnologias de Informática e Comunicações.

55. **Remodelação da iluminação** no jardim H. Milhões, Pelourinho e Posto de turismo.

56. **Arranjos no Cemitério Municipal**, no âmbito do dia de finados.
57. **Limpeza das estradas Municipais**, após as primeiras enxurradas.
58. **Execução de portões** (Av. Europa / Candedo).
59. **Reparação e pintura das portas e janelas dos edifícios da CM.**
60. **Colocação de sinalética vertical** em vários locais onde esta foi danificada.
61. **Reparação de vários buracos e calcetas**, Murça, Salgueiro, Jou, Noura, Penabeice.
62. **Arranjo de condutas de águas pluviais** (Carva; Candedo).
63. **Reparação e restauro de bancos de Madeira** dos espaços ajardinados, designadamente na Alameda 8 de Maio.
64. **Recolocação de papeleiras** na Av. da Europa.
65. **Substituição de vários contentores do lixo.**
66. **Manutenção nos vários edifícios do Município** (Jardim de infância, Camara, Centro Escolar, Residência de estudantes, biblioteca e Piscinas).
67. **Manutenção de jardins**, corte, rega, adubação, substituição de plantas.
68. Informação dos **processos de obras e outros objeto de despacho**:

Aprovação de Projetos de Arquitetura / Especialidades/Prorrogações e Outras				
Requerente	Localidade	Tipo de Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
Armando Júlio Fernandes	Valongo de Milhais	Projeto Arquitetura Ampliação de habitação	30/05/2018	07/09/2018
Armando Júlio Fernandes	Valongo de Milhais	Projeto especialidades Ampliação de habitação	28/08/2018	12/09/2018
José Artur da Costa	Mascanho	Projeto Arquitetura Ampliação anexa à habitação	16/07/2018	12/09/2018
Valéria Evelyn Vermeulen	Palheiros	Construção de uma habitação- projetos de especialidades	06/08/2018	13/09/2018
Manuel José da Costa Pereira	Sobreiro	Construção de um armazém agrícola- Projetos de	30/07/2018	18/09/2018

Frequente Pretexto, Lda.	Sobreira	Construção de um estabelecimento de restauração e bebidas	15/05/2018	20/09/2018
Armandina Augusta Martins Vilela	Porrais	Construção de uma habitação - Projetos de arquitetura	12/07/2018	12/10/2018
Carlos Manuel Teixeira Pinheiro	Murça	Aprovação especialidades	26/10/2018	14/11/2018
Emissão de Alvarás de Licenciamento e Utilização e Outros				
Requerente	Localidade	Tipo de Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
Marta Sofia de Sousa Correia	Palheiros	Licença construção Demolição e Construção	22/07/2018	06/09/2018
Tiago Manuel Fraga Esteves	Noura	Licença utilização Habitação	16/07/2018	31/08/2018
Sociedade Agrícola Quinta de Porrais	Porrais	Licença de utilização produtos intermédios e acabados provenientes	02/07/2018	12/09/2018
Etelvina da Conceição Fernandes Bulas	Vilares	Licença de utilização Habitação	04/09/2018	13/09/2018
Maria da Conceição Guerra Merêncio	Porrais	Certidão de isenção	21/08/2018	12/09/2018
Ruben Aires Veloso	Porrais	Ocupação de Via Pública com materiais	12/06/2018	19/09/2018
Maria da Graça Nascimento Pimentel Fonseca	Murça	Certidão de isenção de autorização de utilização art.º 72	06/09/2018	14/09/2018
Maria da Graça Nascimento Pimentel Fonseca	Murça	Certidão de isenção de autorização de utilização art.º 1684	17/08/2018	14/09/2018
Valerie Evelyn Vermulen	Palheiros	Licença Construção de Habitação	18/09/2018	01/10/2018
Casa Agrícola Águia de Moura Unipessoal, Lda.	Martim	Licença Construção / Armazém	25/10/2018	08/11/2018
Manuel José da Costa Pereira	Sobredo	Licença Construção / Armazém	20/10/2018	05/11/2018
Matmendes - Materiais Construção Mendes, Lda.	Murça	Licença utilização / Nave Industrial Fabricação de Tintas	17/09/2018	07/11/2018
Obras de escassa relevância urbanística				
Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão

José Luís Anunciação Alves	Carvas	Construção de um anexo	08/08/2018	12/09/2018
Luís Alexandre Lopes Dias	Cadaval	Construção de um anexo	04/09/2018	12/09/2018
Luís Monteiro Moreira	Serapicos	Construção de um anexo	30/08/2018	12/09/2018
Rui Pedro Lopes Batista	Bairro do Pinheirinho	Substituição de um telhado	07/07/2018	18/09/2018
Firmino Fernandes Forneiro	Carva	Substituição de um telhado	07/09/2018	18/09/2018
António Borges Gonçalves	Carva	Substituição de um telhado	02/10/2018	12/10/2018
Delfim Augusto Rainho	Carva	Reconstrução de um anexo	03/10/2018	12/10/2018
Maria Ermelinda J. A. Esteves	Salgueiro	Substituição de um telhado	14/09/2018	01/10/2018
João Pinto Vilaverde	Carvas	Construção de um anexo	19/09/2018	01/10/2018
Licenças Especiais de Ruído				
Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Junta de Freguesia de Murça	Murça	Festa das Vindimas	14/09/2018	21/09/2018

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, focou alguns pontos contantes na Informação Escrita, nomeadamente:

Ficou acordado com o Conselho Educativo e com a Direção do Agrupamento de Escolas que a gestão do pessoal não docente é feita em colaboração com a Divisão da Ação Social, Educação e Cultura e com o Agrupamento de Escola.

Decorreu uma reunião na CCDDR, no âmbito do Portugal 2020, onde foram abordados assuntos relacionados com o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS). Nesta medida irá ser realizado um Interface Rodoviário que faça a gestão de autocarros em Murça.

No dia 19 de setembro decorreu no Auditório de Centro Cultural de Murça, a cerimónia do Dia do Diploma, tendo iniciado com a atuação do grupo de metais da Orquestra Energia, seguindo-se a entrega dos diplomas aos melhores alunos de todos os ciclos de ensino e secundário que compõem o quadro de mérito e excelência do Agrupamento. Foi também reconhecida a melhor turma da escola do ano letivo passado e foram entregues os diplomas aos alunos que terminaram o 12º ano. Estes

alunos não tinham recebido a distinção por parte da autarquia, mas nesse dia foi honrado esse compromisso e o mesmo se aplicou ao ano letivo de 2017/2018.

Referiu que decorreu em Murça no dia 24/09/2018, a Sessão Pública de Esclarecimento – 3ª Edição TUAMP “Amplifica-te!” e 2ª edição do TUACIN. Uma oportunidade para todos os que se interessam por empreendedorismo, ou que procurem informação e apoio especializado na idealização, planeamento e concretização do seu projeto, de forma gratuita.

Decorreu no dia 25/09/2018, na EB 2/3 e no Centro Escolar de Murça, a oferta dos cadernos de fichas aos alunos do 1º e 2º ciclo, sendo que, este ano, o Executivo de Murça decidiu, complementar a oferta dos manuais escolares, oferecendo pela primeira vez, os livros de fichas a todos os alunos do 1º ao 6º ano.

No dia 27/09/2018, realizou-se uma reunião entre a autarquia e a CAOM, para tratar da conclusão do protocolo assinado entre a Câmara Murça e a Cooperativa em janeiro de 2001.

Referiu a sessão informativa N-Invest que decorreu em Carrazeda de Ansiães. A AEP, através do seu projeto N-Invest, que pretende contribuir para a valorização do território da região Norte, designadamente através da melhoria da organização da oferta das áreas empresariais e da promoção da captação de investimento.

Já foi publicado no Diário da República, o anúncio de procedimento, referente ao anúncio do concurso público para expansão da Zona Industrial.

Referiu a exposição “Racines” (Raízes), da historiadora Aurore Rouffelaers, que esteve patente no Centro Cultural de Murça do dia 24/09/2018 a 14/10/2018.

Deu nota de uma reunião realizada no âmbito do SIADAP.

Deu nota que no dia 10/10/2018, chegou à Câmara Municipal uma notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com uma ação contra a Câmara Municipal de Murça interposta por Marcelino de Assis Gomes Augusto, funcionário desta autarquia.

Relativamente aos CTT, referiu que em 16/10 foi deliberado em reunião de câmara aprovar a proposta do Contrato de Prestação de Serviços entre os CTT e o Município de Murça. Entretanto, e conjuntamente com a CIMDOURO foi interposta uma Providência Cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, para a reversão deste processo, mas se os CTT não se mantiverem em Murça, a Câmara procurará evitar que fique com privados.

No âmbito das comemorações do centenário da 1ª Grande Guerra decorreram em murça diversas atividades, entre elas a apresentação, da minissérie da RTP “Soldado Milhões” e uma visita ao busto do “Soldado Herói Milhões e à aldeia onde nasceu Aníbal Augusto Milhais.

No ponto 27 menciona a realização de ações de prevenção estrutural, de acordo com o PMDFCI.

Referiu a reunião realizada em 18/10 com o Diretor Regional de Cultura do Norte, com vista a resolução de processos pendentes de licenciamento urbano do Município de Murça e agilização de procedimentos, uma vez que existem 3 freguesias no Concelho de Murça inseridas na zona do Douro Património Mundial.

No ponto 29 refere que o Município reforçou a distribuição de fruta e legumes nas escolas, bem como a realização de atividades, no meio escolar, que visam desenvolver competências de alimentação saudável.

No Dia do Armistício da Primeira Guerra Mundial, realizaram-se várias atividades promovidas pelo Município de Murça, nomeadamente em Valongo de Milhais com o descerramento de uma lápide evocativa do Soldado Milhões no cemitério da sua terra natal e a celebração de uma Missa Solene, presidida pelo D. Amândio Tomás, Bispo da Diocese de Vila Real. Já em Murça e na Praceta Herói Milhões, realizaram-se as cerimónias com honras militares, que foram presididas pelo Tenente-general Fonseca e Sousa e com a realização no Centro Cultural de Murça de uma palestra alusiva à Grande Guerra, pelo Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa.

Referiu o Encontro de Clássicos Antigos, numa dinâmica muito boa com a Comissão de Festas.

Sobre os contratos de aquisição de serviços em execução, disse que foi necessário contratar uma empresa para fazer a revisão do projeto da Escola EB 2/3 de Murça e que no Centro Escolar irá ser feito o prolongamento da cobertura.

Sobre os contratos de empreitadas em execução, referiu ainda a recuperação de linhas de água com o apoio do Ministério do Ambiente. As obras de remodelação para instalação do Balcão Único e ainda referiu a candidatura efetuada ao programa de financiamento com vista à criação de um parque de autocaravanas.

- A deputada do PS, Edite Sousa, cumprimentou todos os presentes e teceu algumas considerações relativamente a alguns pontos da informação escrita.

Ponto 18, uma vez que o funcionário em questão nada fez durante vários anos, disse estranhar que venha agora insurgir-se contra esta câmara

Ponto 22 – “Seniores Ativos” – Agradeceu o facto dos idosos da Santa Casa terem oportunidade de participar nestas atividades.

Ponto 36 – Sobre o Colóquio referiu a sua importância e que o mesmo vem no seguimento do projeto do Museu da Memória Escolar. Espera que outras iniciativas se venham a realizar, por forma a dar a conhecer mais e melhor aquele espaço.

Enalteceu a realização de mais um Encontro de Petizes em Murça. Uma atividade com uma excelente dinâmica e que traz sempre muita gente a Murça.

Quanto à restauração dos bancos e à manutenção dos espaços ajardinados disse que gostaria de ver mais flores nos espaços ajardinados da vila.

Por último, aludiu à intervenção efetuada pelo deputado do PSD, Carlos Silva quando enalteceu o trabalho realizado por este executivo, lembrando-o que também ele enquanto Presidente de Junta votou favoravelmente os orçamentos dos anteriores executivos.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, cumprimentou todos os presentes e aproveitou para agradecer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e na qualidade de Presidente da AFLODOUNORTE o trabalho que foi feito na zona baldia da freguesia de Valongo de Milhais, pela máquina do ICNF.

Relativamente à informação escrita disse que sempre defendeu que seja dado conhecimento da vida da autarquia, apenas lamenta que dos 70 pontos referidos e após um ano de mandato pouca obra seja referida.

Manifestou tristeza pela forma como o Sr. Presidente da Câmara tem respondido aos Presidentes de Junta da oposição, pois ainda nesta sessão o fez ao seu colega presidente de Junta de Fiolhoso. A Câmara até pode não se importar com o executivo da junta, mas tem o dever de se preocupar com as instituições. Porque aquilo que aqui foi manifestado pelo José Manuel sobre a Junta de Fiolhoso acontece igualmente com a de Valongo de Milhais. A Câmara Municipal tem o dever de se preocupar com as instituições e não custa nada quando vão às freguesias convidar o Presidente de Junta a estar presente, para os receber e acompanhar.

É bom que haja muita representação e muitas reuniões, mas faz falta obra.

Sobre o ponto 11, disse que ainda bem que a AFLODOUNORTE aparece porque assim justifica a transferência financeira que recebe da autarquia, mas estranha o facto de até mesmo no caso da Vespa Asiática os Presidentes de Junta não sejam informados da existência destes ninhos, nas suas freguesias.

Sobre o ponto 26, lamentavelmente a Junta de Freguesia de Valongo de Milhais sobre este assunto, nem sequer foi tida nem achada e apenas recebeu, com dois dias de antecedência, um simples convite, para aquela atividade que até contemplava uma visita à aldeia de Valongo de Milhais. Lamenta que assim seja e que trate assim a Junta de Freguesia de Valongo de Milhais.

Quanto ao ponto 31 – Mais uma boa iniciativa e mais uma vez a Junta de Freguesia de Valongo foi colocada à parte. Esclareceu que quem pagou a placa que lá foi colocada foi o exército e quem iniciou este processo foi a Junta de Freguesia de Valongo e sobre isto nada é referido. É uma falta de consideração que este executivo tem com as suas atitudes, para com a Freguesia de Valongo de Milhais.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, sobre a informação escrita questionou relativamente ao ponto 13, de qual vai ser o modelo de funcionamento do canil; em relação ao ponto 20 - CTT, disse perceber a intenção da CMM, mas não lhes ficaria mal ter tomado outras medidas uma vez que a responsabilidade de manter os CTT em funcionamento deve ser do governo central, e caso se venha a confirmar o encerramento do balcão em Murça e a Autarquia assuma o funcionamento, a Câmara deverá ser ressarcida desse custo por parte do governo. Realçou ainda que tal problema só se coloca porque o governo do PSD/CDS privatizou os CTT. Em relação à informação dos contratos celebrados disse que deviam ser acompanhadas pela informação do nome dos contratantes; questionou em relação à recuperação das linhas de água referias no ponto 42, a identificação do local onde essa recuperação vai acontecer; relativamente ao ponto 44, questionou se já está identificado o local para a instalação destes equipamentos.

- A deputada do PS, Paula Catarino, alertou que na informação financeira existe um erro no valor do somatório, dado que não foi somada a última parcela.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, respondeu à deputada do PS, Edite Sousa que ele sempre procedeu da mesma forma e ninguém o pode impedir de questionar sempre que entender fazer-lo. Aproveitou ainda, para questionar a deputada se pode ficar descansado relativamente ao futuro da Escola Profissional.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, agradeceu à deputada do PS, Edite Sousa pela sua intervenção.

Relativamente ao ajardinamento e ao facto de estar menos colorido, disse que não é apenas uma questão financeira, mas sim uma questão de opções e que aos poucos vão corrigindo.

Sobre a Escola Profissional, disse que ter-lhe chamado empresa local não é mais do que aquilo que é referido na legislação, mas que esperava que a Prof.^a Edite Sousa tivesse dito mais do que aquilo que disse sobre este assunto, que urge ser resolvido.

Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, disse que não lhe fica bem vitimizar-se. Muitas vezes têm conversado e pelo facto de a junta ser de um partido diferente da Câmara não quer dizer que converse mais ou menos vezes do que aquelas que entende ser necessárias. Este executivo tem feito aquilo que é possível fazer, dentro das suas possibilidades e independentemente de a junta ser de um ou de outro partido.

Disse ainda que importa referir que na verdade a Placa foi paga pelo exército, mas foi a Câmara que colocou a pedra onde a mesma foi colocada. É importante que os Srs. Presidentes de Junta exijam, mas que deixem de se vitimizar e lamentar.

Primeiro é necessário candidatar obras, para que elas sejam financiadas. A Câmara tem várias obras que se vão materializar, porém é necessário que os processos decorram. As candidaturas feitas ultrapassam as verbas disponíveis e é necessário que elas venham aprovadas, aproveitando para referir algumas que considera importante referir:

Balcão Único; Expansão da Zona Industrial; Trilho do Fidalgo – uma iniciativa no âmbito do Douro Histórico com um investimento de cerca de 78 mil euros; Beneficiação da Escola EB 2/3 e Secundária de Murça – contrariamente ao que estava previsto no anterior projeto, decidiu-se fazer uma intervenção na sua totalidade, num valor de 1.639 mil euros, sendo que do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do programa Operacional Regional NORTE 2020 serão suportadas verbas num valor máximo de 1.275 mil euros, o Ministério da Educação paga ao Município de Murça, por conta da boa execução da empreitada, o montante de 112.500 euros, correspondente a 7,5 % do custo estimado da empreitada e se quem concorrer apresentar uma proposta pelo valor de 1639 mil euros, vamos ter um diferencial de 250 mil euros a suportar pela autarquia; Nas antigas instalações da CAOM existia um projeto para um Centro de Empreendedorismo, todavia para este executivo essa não seria uma opção e entendeu-se mudar o projeto, para uma zona operacional da autarquia; recuperação do espaço envolvente à Capela de S. Tiago, no Bairro do Pinheirinho, entre outras candidaturas. Aludiu a que o Sr. Presidente da Junta de Valongo gosta de falar bonito, mas para fazer obras é necessário projeta-las primeiro e fazer as respetivas candidaturas, por forma a obter financiamento. Agora, dizer que é uma mão cheia de nada é lamentável.

Quanto ao canil, disse que recentemente foi renovado o contrato com o Veterinário e que pediu à Eng.^a Maria dos Anjos da Divisão de Gestão Urbana e ao Eng.^o João Martins, enquanto responsável dos recursos operacionais para reunirem com o Veterinário Municipal, para discutir estas problemáticas e a forma de as ultrapassar.

Quanto às manifestações e reivindicações, reconhece que não tem espírito, nem faz parte da sua maneira de estar. Tem procurado reivindicar nos lugares próprios, pois entende que é aí que o deve fazer.

Relativamente aos processos de adjudicação, esclareceu que no Portal da Contratação Pública é possível a qualquer cidadão, fazer essa consulta.

Esclareceu que o local escolhido para o posto das autocaravanas será junto ao Estádio Municipal.

Sobre as linhas de água respondeu que a intervenção vai ser feita em Porrais, mas se for possível noutros lugares sem que se seja penalizado, tanto melhor.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, referiu que o Sr. Presidente da Câmara usou tantas vezes a palavra “vitimização”, como o seu colega a expressão “se”.

Reitera que o Sr. Presidente pode e deve passar na Freguesia de Valongo sempre e quando entender. Agora, se a Câmara for lá para resolver alguma situação ou para fazer algum trabalho então sim, deve informar a junta dessa intenção.

Disse não gostar do tom irónico e de gozo usado pelo Sr. Presidente quando se referiu à sua pessoa, pedindo-lhe que de uma vez por todas respeite a sua posição. Nunca se vitimizou e sempre irá defender a sua freguesia naquilo que entender necessário defender.

Quanto às obras referidas e quando elas forem feitas, será o primeiro a enaltecer o trabalho realizado, mas olhando para o documento e depois da explicação do Sr. Presidente, continua a achar que é uma mão cheia de nada. Apenas de reuniões, de presenças e pouco mais.

Reconhece que a máquina da Câmara fez um bom trabalho, em Ribeirinha, apenas lamenta que só tenha sido feito porque duas ou três pessoas da aldeia vieram à Câmara solicitar aquela intervenção. A junta já tinha feito esse pedido há vários meses, através de ofício e nem sequer a uma resposta teve direito. Mas, pior que isso foi o facto de apenas ter tido conhecimento que o trabalho tinha sido realizado, porque passou ocasionalmente naquele lugar.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia de Valongo que o que é importante é que se resolvam os problemas.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou todos os presentes e disse estar de acordo com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu sobre o Canil Intermunicipal. Esta é uma questão de saúde pública e é urgente encontrar uma solução porque o Canil Intermunicipal está sobrelotado. No Concelho de Murça existem muitos animais abandonados e o canil não tem capacidade para os receber. Na Lei anterior os animais mais velhos e que já não serviam para adoção eram abatidos e com a Lei atual isso já não é permitido. Há muitos animais abandonados e doentes que andam pela via pública e é urgente encontrar uma solução, porque a despesa do Canil é enorme e a AMVDN irá ter muitas dificuldades em continuar a suporta-las por muito mais tempo.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, solicitou alteração na Ordem de Trabalhos, uma vez que por lapso são referidos seis pontos, para conhecimento e os mesmos já constam da listagem com os compromissos plurianuais, constante no 2º Ponto. Assim, foi entendimento de todos que essa correção fosse efetuada e a Ordem de Trabalhos passasse a ter apenas 11.

Conforme preceitua o nº 2 do art.º 16, do regimento deu nota que se iria fazer um intervalo de 15 minutos.

A sessão foi suspensa para intervalo às 17H20, reiniciando os trabalhos pelas 17H45

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 19 de dezembro de 2013;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

“A Assembleia tomou conhecimento”

_____ // _____

Ausentou-se da sessão o Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo

3 – Pedido de suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro;
(ao abrigo do artigo 97º, nº 4, da Lei 114/2017, de 29 de dezembro)

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *“A Bancada do Partido Socialista vota a favor pois concorda com a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, uma vez que se trata de uma forma de desburocratizar procedimentos, mas consideramos que se deve manter escrupulosamente e rigorosamente o pagamento da dívida, quer em termos quantitativos, quer temporais.*

É imprescindível saldarmos as contas da autarquia e concluir o bom trabalho iniciado em 2012.”

_____/_____/_____

4 – Relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do Município de Murça no 1º semestre de 2018;

(nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro)

“A Assembleia tomou conhecimento”

_____/_____/_____

5 – Normas de execução do orçamento para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, disse que de facto é uma evolução em termos organizativos, no Município de Murça.

Embora seja um articulado da lei, a Divisão Administrativa e Financeira e o Sr. Presidente da Câmara entenderam que seria uma oportunidade de melhorar ao serem acrescentadas estas normas ao orçamento, parabenizando-nos por isso, lembrando que com estas normas deixa de ser necessário

deliberar a autorização genérica para dispensa prévia da AMM relativa a assunção de compromissos por parte da autarquia, dado que as normas já o contemplam.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: “ O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente este ponto, porque concorda que é sempre bom normalizar e regulamentar os procedimentos, no entanto sugere que no próximo orçamento exista em fase da elaboração, uma consulta prévia e ativa aos elementos da oposição, sejam os Vereadores, sejam a Assembleia Municipal.”

_____/____/_____

6 – Orçamento para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, verifica que é um orçamento puxado, mas deixa à consideração de quem o governa.

Pediu esclarecimento se ainda é exigido o duplo equilíbrio financeiro, dado não o ver referido.

Pediu ainda que fossem esclarecidas algumas dúvidas que tem em algumas rubricas, nomeadamente na rubrica 2.1.2.99 – outros, os 90 mil euros em outros combustíveis, são metade da rubrica em combustíveis e lubrificantes, questionando o que é que engloba; na rubrica 2.2.25 – Outros serviços, também corresponde a cerca de 25% da rubrica total; perguntou se os Programas Ocupacionais

deveriam entrar na rubrica 4.8.2.01, porque lhe parece que são custos com pessoal e não transferências para famílias e ainda na rubrica 07.03.03.013 que é mais de metade da rubrica de outras construções e infraestruturas que tem um valor de 625 e estes outros têm um valor de 400 mil euros.

- O deputado do PSD, Daniel Faceira, entende o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que este orçamento para 2019 é um orçamento totalmente realista. Que analisa cada um dos pontos em causa, sem que haja desfasamento em relação à realidade do Município.

Congratula-se com o facto de ter havido uma participação ao nível de todas as divisões que compõe a Câmara e isso é salutar. O orçamento também é dirigido nesse âmbito e como tal é fundamental envolver todas as divisões, demonstrando realismo na elaboração do orçamento para cada ano. Mas mais do que o realismo, além de contemplar os compromissos, já envolver alguma ousadia no ponto de vista do investimento, bem patente em tudo que está previsto, salientando a questão da burocracia excessiva que imperava ao nível da prestação de serviços.

Com a criação do Balcão Único e eventualmente de outras medidas que irão ser tomadas parece-lhe fundamental, para reduzir drasticamente essa burocracia. Uma medida altamente positiva ao nível deste orçamento.

Os investimentos envolvem a vertente cultural e social que é de salutar, com a criação do “Trilho do Fidalgo” e a reconstrução da casa do soldado “Herói Milhões”.

As verbas ao nível das receitas e das despesas apresentam-se realistas e contabilisticamente é apresentado de forma correta. É um orçamento realista e voltado para as pessoas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, refere que a intervenção do deputado Daniel Faceira demonstra que fez uma análise adequada e não apenas porque é da mesma força partidária.

Quando se fala de verbas, existem regras que não podem nem devem ser descoradas. Não deve haver precipitação, pois há compromissos que têm de ser cumpridos.

Na apresentação de um documento como este, só é possível marcar a diferença se tivermos em conta os recursos disponíveis.

No mandato anterior, os investimentos que foram comparticipados, ou foram poucos ou não tiveram grande impacto. Porque, se forem alocados um milhão de euros para investimento e se no fim se conseguir ter um investimento global de 5 milhões é porque foram obras comparticipadas a 80%. Essa é a questão principal naquilo que é a proposta orçamental porque, acima de tudo, é preciso fazer investimentos que potenciem o valor.

Quanto às questões colocadas pela deputada do PS, Paula Catarino, esclareceu que na primeira rubrica referida, esse é um valor alocado ao gás.

Outros serviços – 500 mil euros, disse que esta rubrica é grosso modo constituída pelo GIP- Gabinete de Inserção Profissional, CPCJ, Convívio de Idosos e Iluminação Pública. A diferença (200 mil euros) é nomeadamente despesa com a Konica Minolta, entre outros.

Sobre a rubrica dos Planos Operacionais disse que dada à sua especificidade existem normas específicas que têm de ser cumpridas, pedindo ao Chefe de Divisão da DAF, Dr. Mário Sampaio, para esclarecer.

- O Chefe de Divisão da DAF, Dr. Mário Sampaio, esclareceu que existem normas específicas da tutela que indicam que estas verbas têm de ser alocadas nesta conta, referindo que não deixa de ser uma transferência para as famílias, porque podemos considerá-lo um apoio social. O município paga estes apoios na sua totalidade e só mais tarde é reembolsado de parte deste valor.

Quanto ao Duplo Equilíbrio Financeiro, esclareceu que o conceito não é exatamente esse, mas o princípio do Equilíbrio Financeiro, sendo que as despesas correntes, mais os passivos financeiros devem ser iguais ou menores às receitas correntes. Neste momento este princípio está a ser cumprido, dado que existe um diferencial de cerca de 200 mil euros positivos (receitas correntes de 7.338 mil euros e o somatório de despesas correntes + passivos financeiros é de 7.100 mil euros).

Votação:

Votantes	21
Abstenção	04
Contra	06
A Favor	11

Deliberação: aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra: *Os deputados do PS, Arménio Ribeiro, João Carlos Gomes, Paula Catarino, Joaquim Pinto, Edite Sousa e Manuel Ramos.*

Abstiveram-se: *Os deputados do PS, Alfredo Veloso, a representante da Junta de Freguesia de Candedo, Lisete Merêncio e os Presidentes de Junta de Fiolhoso e da União de Freguesias de Noura Palheiros*

Declaração de Voto: “ O deputado do PS, Arménio Ribeiro referiu que os seis elementos do seu grupo parlamentar votaram contra este ponto, por considerarem que o orçamento apresentado é próximo dos 9 milhões de euros, sendo que o orçamento de 2018 era de aproximadamente 7,2 milhões de euros o que se traduz num aumento significativo e que na ausência de grandes e estruturais projetos municipais, pode estar a criar-se um orçamento irrealista. Mas, o voto é fundamentalmente contra porque na análise do Orçamento não se vislumbram nenhum grande e essencialmente, novo equipamento e / ou investimento que possa alavancar o desenvolvimento do Concelho de Murça.”

_____/_____/_____

7 – Grandes Opções do Plano para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PSD, Daniel Faceira, as Grandes Opções do Plano desembocam diretamente na elaboração do orçamento, para o ano de 2019 e não há grandes considerações a esse propósito. Salientou que a orçamentação reflete prioridades e prevê verbas importantes, para desenvolver áreas fundamentais ao nível de outros investimentos. O investimento que irá ser feito ao nível da zona industrial é fundamental. Ao longo dos diversos anos não foi desbloqueada e agora finalmente irá potenciar a atração de novos investidores, para o concelho.

Nas diversas áreas e em termos de funções sociais e económicas, parece-lhes que está distribuído, tendo em conta as prioridades que aparecem elencadas de forma muito coerente e realista, reiterando que sem deixar de cumprir as obrigações assumidas já existe uma perspetiva de investimento.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	04
Contra	06
A Favor	11

Deliberação: aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: *“Os deputados do PS, Arménio Ribeiro, João Carlos Gomes, Paula Catarino, Edite Sousa, Manuel Ramos e Joaquim Pinto votam contra neste ponto, por entenderem que esta é a primeira e grande oportunidade do PSD elaborar livremente as grandes opções do plano, e não verificamos nenhuma obra estrutural de desenvolvimento municipal, ao contrário das promessas eleitorais este documento fica muito aquém das expectativas, nomeadamente nos investimentos junto das nossas aldeias, como por exemplo beneficiação das vias rodoviárias ou um investimento âncora junto à albufeira do Rio Tua, como seja um grande projeto de desenvolvimento turístico do tua, praia, café, restaurante, alojamentos locais, entre outros.”*

Declaração de Voto: *“O deputado do PSD, Carlos Silva disse que vota favoravelmente este ponto, porque ao contrário da declaração de voto do PS é a primeira vez que vê vertidas obras estruturantes. Se a Zona Industrial não é uma obra com um concurso público aberto para acolher novos investidores e se outras rúbricas que estão aqui referidas, não são com tendência para trazer mais benefícios para o concelho, então que orçamento e que atividades querem para o concelho? Continuar na mesma a gastar e a lapidar? Não. Força, Sr. Presidente!”*

_____/____/____

8 – Mapa de Pessoal para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea ccc), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: *“A deputada do PS, Paula Catarino, referiu que o GPPS vota favoravelmente este ponto, por considerarem que este novo modelo orgânico e de apresentação do mapa de pessoal é mais detalhado e informativo, o que é positivo. Devia no entanto existir um mapa paralelo, mesmo que informal, com todos os colaboradores que nas mais diversas e variadas modalidades contratuais de trabalho, prestam regularmente serviço na autarquia.”*

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que apenas está no documento o que a lei determina e essa é uma informação adicional que foi solicitada e que na sessão de abril, aquando da aprovação de contas será dito o que em 31 de dezembro tinham nessas circunstâncias.

_____//_____

9 - Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, agradeceu à Eng.^a Maria dos Anjos pela disponibilidade, referindo que sobre este assunto na última sessão em Vilares, houve uma situação “sui generis”, pedindo-lhe que prestasse esclarecimentos relativamente a este assunto.

- A Chefe de Divisão da DAGU, Eng.^a Maria dos Anjos, cumprimentou todos os presentes e fez um enquadramento legal do que estava em causa relativamente a este ponto.

“Em 2014 foi publicado um diploma intitulado RERAE - Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas, direcionado para excecionalmente possibilitar/permitir a regularização das atividades económicas em situação de clandestinidade. Este diploma saiu não só para as agropecuárias como também para as pedreiras, indústrias, entre outras atividades, sectores estratégicos e para os quais a Administração Central percebeu que não havia outra maneira de as regularizar ou porque violavam os PDM ou porque entretanto os empresários tinham feito outras alterações / ampliações, para as quais não tinham obtido os correspondentes licenciamentos.

O prazo inicial era até final de 2016 e mais tarde, devido à enorme adesão, esse prazo foi prorrogado até julho de 2017. Na altura, a Direção Regional de Agricultura, única entidade que reuniu com as Câmaras Municipais, apresentaram para cada um dos municípios os processos que tinham a seu cargo para regularizar. A Direção Regional de Agricultura enviou para a Câmara Municipal de Murça uma listagem com cerca de 130 instalações pecuárias, que entendia reunirem as condições de regularização e legalização. Dessa lista, verificamos que muitas delas já estavam inativas. Foi-nos

ainda comunicado que a Câmara Municipal tinha duas alternativas, para a regularização destas atividades. A Câmara passava uma declaração a dizer que a instalação estava clandestina e cumpria os requisitos do PDM ou então, não cumprindo o PDM a alternativa seria através do reconhecimento do interesse público municipal, cabendo então posteriormente à Direção Regional de Agricultura verificar todos os outros requisitos, necessários para o para o licenciamento da atividade.

Existem no concelho 2 ou 3 situações que cumpriam todos os requisitos, sendo que estas duas situações hoje em apreço, bem como a instalação de Vale de Égua, trazida aqui há dois anos, não davam cumprimento ao estabelecido nos Planos de Ordenamento do território, nomeadamente no PDMM.

A Câmara tem de se pronunciar sobre o interesse em manter o funcionamento da atividade ou o encerramento da mesma se de facto interessa que a instalação se mantenha. Com esta tomada de posição a Câmara não está a licenciar a instalação, mas apenas a abrir a possibilidade para que a mesma seja também objeto de fiscalização pelas entidades que coordenam o setor.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	10
A Favor	11

Deliberação: aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: “O GPPS vota contra, neste ponto porque tem muitas reservas e dúvidas quando à legalidade mas, especialmente, consideramos que a figura regimental da declaração de interesse público municipal deve ser usada para edifícios ou espaços, essencialmente, públicos e que tragam mais-valias efetivas a todo o Concelho de Murça sejam ao nível patrimonial, cultural, imaterial ou turísticas.

Uma pequena exploração pecuária não nos parece ser enquadrável enquanto espaço ou imóvel de interesse municipal.”

_____/ / _____

Ausentou-se da sessão a deputada do PS, Paula Catarino

10 – Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal e da Sociedade Civil na Comissão de Transito Municipal;

(alínea b) e i) do artigo 4º do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito)

Foi entregue à mesa uma lista, apresentada **pelo Partido Social Democrata:** à qual foi aposta a letra A, para efeitos de votação:

- Como representante da Assembleia Municipal – o deputado do PSD, César Lopes de Sousa Lourenço
- Como representante da Sociedade Civil – o munícipe José Luís Oliveira Guerra Rodrigues

Votação:

Votantes	20
Abstenção	09
Contra	00
A Favor	11

Deliberação: aprovados por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

_____/ / _____

11 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

Votação:	
Votantes	20
Abstenção	00
Contra	09
A Favor	11

Deliberação: aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: “ O GPPS vota contra porque tem muitas reservas e dúvidas quando a legalidade mas, especialmente, consideramos que a figura regimental da declaração de interesse público municipal deve ser usada para edifícios ou espaços, essencialmente, públicos e que tragam mais-valias efetivas a todo o Concelho de Murça sejam ao nível patrimonial, cultural, imaterial ou turísticas.

Uma pequena exploração pecuária não nos parece ser enquadrável enquanto espaço ou imóvel de interesse municipal.”

//

Período de Intervenção do Público

“Não houve intervenções”

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 – Pedido de suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro;

(ao abrigo do artigo 97º, nº 4, da Lei 114/2017, de 29 de dezembro)

5 – Normas de execução do orçamento para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

6 – Orçamento para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

7 – Grandes Opções do Plano para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea c), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

8 – Mapa de Pessoal para o ano de 2019;

(de acordo com a alínea ccc), do nº 1, artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro)

9 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

10 – Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal e da Sociedade Civil na Comissão de Transito Municipal;

(alínea b) e i) do artigo 4º do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito)

11 – Reconhecimento de interesse público Municipal.

(Alínea a) do número 4 do artigo 5º do Decreto-Lei 165/2014, de 5 novembro)

Votação:

Votantes	19
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	19

Deliberação: Aprovada por unanimidade

//

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença e a colaboração de todos, desejando Votos de Felicidade para todos e que este tempo de Natal seja vivido em família.

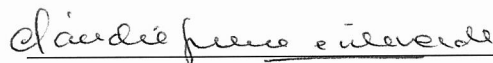
Os trabalhos encerraram às 19h10 da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal



(Cláudia Alexandra C. O. G. e Vilaverde)

